

Guerra no Oriente Médio amplia exploração e abandono de migrantes

Patrões confiscam passaportes de funcionários e dificultam fuga de áreas de risco

Quando Israel voltou a bombardear com intensidade o Líbano —um desdobramento da guerra no Irã— em março, a trabalhadora doméstica Mariatu (nome fictício), 28, de Serra Leoa, foi levada às pressas junto de seus patrões para um hotel numa região considerada mais segura.

Uma semana depois, ela foi desalojada sob o argumento de que as despesas eram altas demais. Encontrou-se, então, sozinha e aterrorizada durante o conflito, sem apoio e à mercê da própria sorte no país estrangeiro.

Na crise humanitária que já matou e forçou o deslocamento de milhares no Oriente Médio, os trabalhadores domésticos, majoritariamente migrantes, formam um dos grupos mais vulneráveis, expostos a abusos, exploração e abandono. Trata-se do reflexo de uma cultura que invisibiliza e dificulta a proteção sobretudo das mulheres que atuam no setor.

É comum que os trabalhadores domésticos no Oriente Médio estejam submetidos a um sistema chamado kafala, que impede os empregados de deixar as áreas de risco, de acessar a ajuda humanitária ou de retornar com segurança aos seus países de origem, de acordo com alerta feito pela Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (IDWF, na sigla em inglês).

Esse regime, usado para a contratação de migrantes, vincula o estrangeiro a um “patrocinador local”, que passa a ter controle sobre a vida profissional e, não raro, também pessoal do trabalhador. Ao abandonar o emprego, ato com frequência criminalizado como “absconding” (“fuga”, em português), por exemplo, ele passa à condição irregular e fica sujeito a prisão, detenção e deportação.

“Na prática, ela [trabalhadora] só pode sair se o empregador concordar em encerrar esse vínculo. Esse modelo permite abusos recorrentes, incluindo a retenção de passaportes. É comum que empregadores confiscem os documentos das trabalhadoras, eliminando qualquer possibilidade real de autonomia”, afirma Nada Wahba, coordenadora regional da IDWF no Oriente Médio e norte da África.



Dany Awwad via Wikimedia Commons

Migrantes relatam dificuldades para obter acesso à ajuda humanitária ou voltar ao país de origem

Os abusos aumentam em contextos de guerra. Com frequência as trabalhadoras domésticas são tratadas como descartáveis, o que significa que elas ficam de fora de políticas de proteção, segundo Wahba. E a desvalorização histórica do trabalho de cuidado torna as migrantes especialmente vulneráveis.

Durante o conflito, crescem os casos de abandono mesmo em áreas consideradas de maior risco, além de relatos de acesso restrito ou negado a serviços de emergência e abrigos. “Sem documentação, elas têm medo de acessar serviços, ainda que estejam disponíveis”, diz a coordenadora da IDWF. “E mesmo que queiram ser repatriadas, muitas vezes não conseguem.”

Mariatu, a migrante de Serra Leoa levada para o hotel no Líbano, viajou ao país com a promessa de obter um bom emprego e uma vida financeira melhor. Depois de ser rejeitada pelos patrões, foi direcionada à Domestic Workers Advocacy Network (DoWAN), uma das organizações criadas por trabalhadoras estrangeiras para responder à ausência de proteção estatal, onde recebeu suporte e abrigo.

“Ainda não consigo dormir, pois ouvimos os bombardeios. Comecei a deixar a porta aberta para conseguir correr em caso de emergência”, afirma ela, que teve o nome verdadeiro suprimido nesta reportagem por questões de segurança.

A DoWAN foi criada por Mariam Sesay, também nascida em Serra Leoa e que trabalhou como doméstica ao chegar ao Líbano, em 2014. Ela diz ter sofrido abusos por parte dos patrões, inclusive de cunho sexual, antes de fugir. No início da guerra no Irã, o grupo apoiava de 10 a 15 pessoas por semana.

Pouco mais de um mês depois, esse número saltou para cerca de 250 no mesmo período, incluindo Mariatu.

A Regroupement des Migrant.e.s de l’Afrique Noire (Reman, na sigla em francês), outra organização que apoia trabalhadoras migrantes, também relata aumento significativo de pedidos de ajuda —de menos de 100 para 465 por semana, segundo os coordenadores. Os coletivos fornecem consultoria jurídica e distribuem alimentos, medicamentos e produtos básicos a migrantes em situação de vulnerabilidade.

Apesar da baixa proteção, o setor é relevante para a economia local. O trabalho doméstico representava 12,3% do emprego no Oriente Médio e mais de 32% do emprego feminino nos Estados árabes, bem acima da média global de 2,3%, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgados em dezembro de 2021, no relatório mais recente. Isso ocorre, entre outros motivos, devido à baixa participação feminina local em outras áreas do mercado de trabalho.

Em paralelo, o sistema kafala é adotado em vários países do Oriente Médio —caso de Qatar, Líbano e Arábia Saudita, que dependem da mão de obra migrante. Nos Estados árabes (classificação que exclui o Irã), 6,6 milhões de pessoas atuavam no trabalho doméstico, sendo que 83% delas eram migrantes, aponta a OIT. Os trabalhadores são principalmente da África e da Ásia, incluindo Sri Lanka, Filipinas, Bangladesh, Nepal, Índia e Etiópia.

Além de situações de abandono, o conflito aumenta o isolamento das trabalhadoras migrantes, o que pode facilitar práticas trabalhistas irregulares, como jornadas excessivas sem direito a folgas, de acordo

com Alejandro Ben Braga, oficial de programas da IDWF.

Houve avanços recentes para coibir abusos nos últimos meses. Para a IDWF, entretanto, as medidas continuam insuficientes. Na Arábia Saudita, novas regras e um sistema de proteção salarial foram implementados em 2024, sem incluir a categoria nas leis trabalhistas. No Qatar, um código de conduta com a ONU tem alcance limitado. Em Omã, um novo marco regulatório foi publicado em 2025, sem mudanças estruturais.

O Líbano é alvo de ataques de Israel devido à atuação do grupo armado Hezbollah, aliado do regime iraniano. Na campanha atual, Tel Aviv disse que pretende consolidar uma “zona-tampão” no sul libanês com o objetivo de garantir a segurança dos cidadãos israelenses.

Mariam Sesay, à frente da organização DoWAN, teve o passaporte retido por seus antigos empregadores e até hoje não conseguiu recuperar a documentação. Ainda assim, e a despeito dos ataques aéreos, não pensa em deixar o Líbano.

“Sinto que há muita coisa, muito trabalho a ser feito. Se tivéssemos um consulado ou embaixada realmente funcionando, eu não precisaria fazer todo o trabalho que estou fazendo agora. Sinto que, se eu sair, meu corpo irá, mas a alma permanecerá aqui porque muitas pessoas ainda estão sofrendo”, diz ela.

As organizações Domestic Workers Advocacy Network (DoWAN) e Regroupement des Migrant.e.s de l’Afrique Noire (Reman) são parte de uma coalização em apoio aos trabalhadores migrantes chamada Voices of the Unseen.

Por Renan Marra
(Folhapress)

Trem de alta velocidade colide com caminhão militar na França

Um trem de alta velocidade colidiu na manhã desta terça-feira (7) com um caminhão que transportava equipamentos militares em uma passagem de nível perto de Calais, na França. O acidente matou o maquinista, segundo as autoridades locais e a operadora ferroviária.

Mais de 200 passageiros estavam no trem no momento da colisão, e 16 pessoas ficaram feridas. Duas delas estão em estado grave.

O trem seguia de Dunkirk para Paris. Por volta das 7h locais (2h de Brasília), perto da cidade de Bully-les-Mines, ele colidiu com o caminhão, que transportava equipamentos militares.

A operadora ferroviária afirmou que o tráfego foi interrompido e que a normalização deve ocorrer só no fim desta terça.

Em janeiro deste ano, a Espanha registrou quatro acidentes no período de uma semana. Um deles, um descarrilamento que matou 45 pessoas em Adamuz, na província de Córdoba, foi um dos piores acidentes ferroviários dos últimos anos no país.

A empresa Adif, que administra as ferrovias na Espanha, determinou que os trens no trajeto Madri-Barcelona limitem a velocidade de circulação para evitar colisões e descarrilamentos.

Por Folhapress

Irã reage a Trump e fala em ‘incitação ao genocídio’

As ameaças de Trump contra o Irã “constituem incitação a crimes de guerra e potencialmente genocídio”, afirmou o representante da República Islâmica na ONU, Amir-Saeid Irvani, que participou da reunião do Conselho de Segurança da ONU nesta terça que votou uma proposta do Bahrein, presidente rotativo do colegiado, para desobstrução do estreito de Hormuz. A proposta foi derrubada por posição contrária de China e Rússia, membros permanentes que têm poder de veto no órgão e são aliadas de Teerã. Irvani pediu à comunidade internacional que denuncie a retórica de Trump. “O Irã não ficará parado diante de crimes de guerra tão flagrantes. Exercerá, sem hesitação, seu direito inerente de legítima defesa e tomará medidas recíprocas imediatas e proporcionais”, afirmou.

Por Guilherme Botacini
(Folhapress)